

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

EDITAL PRGDP Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2016
CONCURSO PÚBLICO

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, no art. 10 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 8º da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterado pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, na Portaria nº 243, de 3 de março de 2011, do Ministério da Educação, no Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014 e pela Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 313, de 4 de agosto de 2015, na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, na Resolução CUNI nº 066, de 1º de outubro de 2014 e neste Edital, faz saber que se encontrarão abertas inscrições para concurso público destinado ao provimento de cargo integrante da Carreira de Magistério Superior do Quadro Permanente desta Universidade, Classe A, com a denominação de Professor Adjunto A e Professor Auxiliar, Nível 1, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, conforme a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. As áreas, titulação e número de vagas são os abaixo especificados:

Depto	Área	Titulação mínima exigida	Regime de trabalho	Denominação	Nº de Vagas	
Administração e Economia	Economia e Setor Público	Doutorado em Ciências Econômicas ou Administração ou Administração Pública.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Economia Geral	Doutorado em Ciências Econômicas ou Administração ou Engenharia.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
Ciência da Computação	Finanças no Setor Público	Doutorado em Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis ou Economia.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Sistemas de Computação	Doutorado em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação ou Engenharia de Telecomunicações.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Fundamentos de Computação	Doutorado em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Matemática Computacional e áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
Ciências Humanas	Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais ou Ciência Política.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Linguística e Língua Portuguesa	Doutorado em Linguística, Estudos Linguísticos, Língua Portuguesa ou Letras.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
Educação	Didática e estágios	Doutorado em Educação.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Fundamentos da educação infantil e estágio.	Doutorado em Educação.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Políticas e gestão educacional	Doutorado em Educação.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Psicologia da Educação	Doutorado em Educação.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Desenho Técnico, Desenho Mecânico e Desenho Assistido por Computador	Doutorado em Engenharia.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
Engenharia	Engenharia Ambiental: Controle da Poluição Atmosférica e Uso de Energias Renováveis	Graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária, Engenharia Química, Meteorologia ou Ciências Atmosféricas e Doutorado em Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária, Meteorologia, Engenharia Química ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Engenharia Hidráulica	Graduação em Engenharia Civil, Engenharia Hídrica, Engenharia Agrícola ou Engenharia Ambiental e Sanitária e Doutorado em Recursos Hídricos ou Engenharia Hidráulica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Construção Civil	Doutorado em Engenharia Civil e/ou Construção Civil.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Resistência dos Materiais	Doutorado em Engenharia Civil e/ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Geotecnia	Graduação em Engenharia Civil ou Geologia ou Engenharia Geológica e Doutorado em Geotecnia ou Doutorado em Geologia.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Materiais Cerâmicos	Doutorado em Ciência dos Materiais ou Engenharia de Materiais.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Materiais Metálicos	Doutorado em Ciência dos Materiais, Engenharia de Materiais ou Engenharia Metalúrgica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Materiais Poliméricos	Doutorado em Ciência dos Materiais, Engenharia de Materiais ou Ciência e Tecnologia de Polímeros.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Corrosão e Degradação de Materiais	Doutorado em Ciência dos Materiais, Engenharia de Materiais ou Química.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Estrutura dos Materiais	Doutorado em Ciência dos Materiais, Engenharia de Materiais ou Física.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Operações Unitárias e Análise de Processos Químicos.	Doutorado em Engenharia Química ou Tecnologia de Processos Químicos.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Operações Unitárias e Termodinâmica	Doutorado em Engenharia Química ou Tecnologia de Processos Químicos	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Segurança do Trabalho e Gestão da Qualidade	Doutorado na área de Engenharia de Segurança do Trabalho, ou Doutorado com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Engenharia Elétrica e Eletrônica	Doutorado em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecatrônica ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	2	
	Controle e Automação	Doutorado em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecatrônica ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Mecânica Computacional	Doutorado em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecatrônica ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Sistemas mecânicos e metrologia	Doutorado em Engenharia Mecatrônica ou Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Processos de fabricação mecânica	Doutorado em Engenharia Mecânica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Matemática Aplicada/Computacional	Doutorado em Matemática, Matemática Aplicada, Matemática Computacional, Modelagem Computacional, Estatística, Ciência da Computação, Computação Científica, Física, Engenharia Mecânica, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Elétrica ou Engenharia Civil.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	2	
	Nutrição	Nutrição: Dietética, Dietoterapia e Estágio Supervisionado em Nutrição Clínica	Graduação em Nutrição e Doutorado em Nutrição, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciência e Tecnologia de Alimentos ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
		Físico-Química/Química Geral	Doutorado na área de Físico-Química.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
	Química	Química Analítica e Química Geral	Doutorado na área de Química Analítica.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
		Medicina Preventiva	Graduação em Medicina. Doutorado em Medicina Preventiva ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
Ciências da Saúde	Diagnósticos Complementares/ Análises Clínicas	Doutorado em Análises Clínicas ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Agentes Agressores e Mecanismos de Defesa do corpo humano / Parasitologia e Biologia Molecular	Doutorado em Parasitologia, Biologia Molecular ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Agentes Agressores e Mecanismos de Defesa do corpo humano / Patologia Humana	Doutorado em Patologia ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Diagnóstico Médico / Anatomia Patológica	Graduação em Medicina. Doutorado em Patologia ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Atividades Integradoras / Bases Morfofisiológicas	Graduação em Medicina com Residência Médica em Cirurgia Geral e/ou Título de Especialista em Cirurgia Geral expedido pela Sociedade Brasileira da especialidade (filial à Associação Médica Brasileira).	40 horas semanais	Auxiliar	1	
	Diagnósticos Complementares/ Diagnóstico por Imagem	Graduação em Medicina com Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem e/ou Título de Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem expedido pela Sociedade Brasileira da especialidade (filial à Associação Médica Brasileira).	40 horas semanais	Auxiliar	1	
	Medicina da Família e Comunidade	Graduação em Medicina com Residência Médica em Medicina da Família e Comunidade ou áreas afins e/ou Título de Especialista em Medicina da Família e Comunidade ou áreas afins expedido pela Sociedade Brasileira da especialidade (filial à Associação Médica Brasileira).	40 horas semanais	Auxiliar	1	
	Física	Física Teórica de Partículas e Campos	Doutorado em Física.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
Física	Física de Materiais Cerâmicos e/ou Magnéticos e/ou Filmes Finos	Doutorado em Física, Química, Ciências dos Materiais ou Engenharia de Materiais.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Biologia	Ciências Biológicas - Prática e Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	Licenciatura em Ciências Biológicas e Doutorado em Educação em Ciências, Ciências Biológicas, Botânica, Ecologia, Zoologia ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1
Ed. Física	Ecologia - Subárea: Biologia da Conservação	Doutorado em Ecologia ou áreas afins.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	
	Educação Física / Educação Física Adaptada	Graduação em Educação Física ou Esporte e Doutorado em Ciências Humanas ou da Saúde.	Dedicação exclusiva	Adjunto A	1	

1.2. Os diplomas de graduação e pós-graduação descritos no item anterior deverão ser de cursos reconhecidos pelo MEC, nos termos da legislação vigente, e quando expedidos por instituições de ensino estrangeiras, deverão estar revalidados/reconhecidos, conforme determina o disposto no § 2º do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e serão exigidos para o ato da posse. A não apresentação dos diplomas impedirá a posse no cargo.

1.2.1. Na hipótese de o diploma apresentado para a posse suscitar dúvidas quanto ao atendimento do requisito de titulação previsto no quadro acima, a PRGDP solicitará à Banca Examinadora da respectiva área declaração de que o referido diploma atende ao requisito de titulação solicitado.

1.3. O candidato nomeado deverá atuar no ensino da graduação e, se capacitado, na pós-graduação, na ministração de disciplinas relacionadas à área do concurso (mínimo de oito horas-aula semanais, nos termos do art. 57 da Lei nº. 9.394, de 1996 - LDB) e na orientação de alunos, bem como na execução de atividades pertinentes à pesquisa, à extensão, às atividades administrativas da UFLA e ao atendimento à comunidade.

1.3.1. Para todas as áreas dos departamentos de Engenharia e Ciências da Saúde e para as áreas de "Economia Geral", "Sistemas de Computação", "Ciências Sociais", "Matemática Aplicada/Computacional", "Química Analítica e Química Geral", "Física Teórica de Partículas e Campos", além do que consta no subitem 1.3., o candidato nomeado deverá fazer acompanhamento tutorial contínuo e simultâneo de até 30 (trinta) estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia de Materiais, Engenharia de Computação, Engenharia Física e de Medicina, em consonância com as orientações institucionais.

1.4. Além da área/subárea para a qual for nomeado, se necessário e a critério da UFLA, o candidato deverá assumir disciplinas/aulas de áreas e subáreas correlatas, desde que possua qualificação para tal.

1.5. No regime de Dedicação Exclusiva a jornada de trabalho será de quarenta horas semanais, em tempo integral, com impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, salvo nos casos previstos no art. 21 da Lei nº 12.772, de 2012 e suas alterações. As atividades de magistério serão exercidas em período diurno ou noturno, a critério da Universidade Federal de Lavras.



1.6. As remunerações iniciais para os cargos de Professor Adjunto A e Professor Auxiliar, Nível 1, são compostas de Vencimento Básico e Retribuição por Titulação - RT (comprovada e não cumulativa), conforme a tabela abaixo:

Cargo	Regime de trabalho	Vencimento Básico	Retribuição por Titulação		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
Adjunto A	Dedicação exclusiva	4.014,00	-	-	4.625,50
Auxiliar	40 horas semanais	2.814,01	370,72	985,69	2.329,40

1.7. O valor de remuneração especificado no item 1.6. será acrescido do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte, nos termos da legislação vigente.

1.8. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação da homologação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da UFLA, conforme previsto no inciso III do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

1.9. Novas vagas que venham a ser autorizadas pelos órgãos competentes, dentro do prazo de validade do concurso de que trata este Edital, poderão ser preenchidas por ordem de classificação dos candidatos, observada a legislação vigente e o disposto no subitem 2.1.5. deste Edital.

2. DA RESERVA DE VAGAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AOS NEGROS

2.1. De acordo com a legislação vigente e com o Anexo II da Resolução CUNI nº 066/2014 haverá reserva de 2 (duas) vagas destinadas às pessoas com deficiência e de 10 (dez) vagas destinadas aos candidatos negros.

2.1.1. Os candidatos que se inscreverem às vagas reservadas disputarão concomitantemente a essas e às vagas destinadas à ampla concorrência.

2.1.1.1. Os candidatos concorrentes às vagas reservadas, se aprovados, figurarão em lista específica para candidatos negros ou com deficiência e de acordo com o Anexo ao Decreto 6.944/2009, poderão figurar também na lista geral da ampla concorrência.

2.1.1.2. O candidato aprovado e nomeado em vaga reservada a candidatos negros ou com deficiência que não comparecer para a posse será excluído também da lista geral da ampla concorrência.

2.1.2. Os candidatos às vagas reservadas participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas; critérios de avaliação e aprovação; o horário e o local de aplicação das provas, garantida a devida acessibilidade.

2.1.3. A(s) vaga(s) reservada(s) será(ão) destinada(s) à(s) área(s) do concurso em que houver candidato(s) negro(s) ou com deficiência inscrito(s), nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CUNI nº 066/2014.

2.1.4. Quando o número de candidatos negros ou com deficiência for superior ao número de vagas reservadas, serão selecionados aqueles que obtiverem as maiores notas, independentemente da área ou unidade acadêmica para qual tenha prestado o concurso.

2.1.4.1. Em caso de empate, conforme o disposto no subitem 2.1.4., observar-se-á o comando legal inscrito no § 2º do art. 42 da Resolução CUNI nº 066/2014.

2.1.5. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará aos critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros, conforme disposições do Anexo II à Resolução CUNI nº 066/2014.

2.1.5.1. No caso de pessoa com deficiência, a investidura no cargo estará condicionada à compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência.

2.1.6. As vagas reservadas para pessoas negras ou com deficiência serão revertidas aos candidatos da ampla concorrência, observada a ordem classificatória, se ocorrer alguma das seguintes situações: não houver inscrição de candidato negro ou com deficiência; não houver candidato negro ou com deficiência classificado; nenhum dos candidatos negros ou com deficiência, após a nomeação, preencher os requisitos de investidura no cargo.

2.2. Da destinação de vaga aos candidatos com deficiência

2.2.1. As pessoas com deficiência amparadas pelo art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, pelo art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/90 e pelo Decreto nº 3.298/99, e suas alterações, poderão, nos termos do presente Edital, concorrer às áreas cujas atribuições sejam compatíveis com suas deficiências, cujas vagas serão reservadas na proporção de 1/20 (5%) disposta no item 3 do Anexo II da Resolução CUNI nº 066/2014.

2.2.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

2.2.3. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção, salvo os casos de pessoas com visão monocular, conforme o disposto na Súmula nº 45, de 14/9/09, da Advocacia-Geral da União.

2.2.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá informar se irá concorrer à vaga reservada para pessoas com deficiência, conforme previsto no subitem 3.14.5 deste Edital, bem como, qual a sua deficiência, se necessita de condições especiais para a realização das provas, e, se for o caso, de quais condições necessita, que serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

2.2.4.1. O candidato que não cumprir o disposto no subitem 2.2.4. e/ou que deixar de encaminhar a documentação constante do subitem 3.14.5. no prazo estabelecido, não poderá concorrer à vaga reservada para pessoas com deficiência e fará as provas nas mesmas condições que os demais candidatos, concorrendo somente às vagas destinadas à ampla concorrência. Não caberá recurso para esse fim.

2.2.5. Na hipótese de aprovação do candidato com deficiência, esse será submetido à Junta Médica Oficial da UFLA, que decidirá: (1) se o candidato se encontra em condições físicas e mentais para o exercício do cargo; (2) se a deficiência indicada no ato da inscrição se enquadra ao disposto no art. 4º do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto nº. 5.296/04; (3) se a deficiência é compatível com a área para a qual prestou o concurso. A critério da UFLA, o exame médico de trata este subitem poderá ser marcado antes da homologação do resultado do concurso.

2.2.5.1. Caso a Junta Médica Oficial da UFLA reconheça incompatibilidade entre a deficiência apresentada e a área na qual o candidato deverá atuar, ele não será considerado apto à investidura no cargo.

2.2.5.2. O candidato com deficiência que for reprovado pela Junta Médica Oficial da UFLA, por não ter sido considerado deficiente, de acordo com as disposições contidas no art. 4º do Decreto nº. 3.298/99, alterado pelo Decreto nº. 5.296/04 será excluído da lista de classificados com deficiência e figurará apenas na lista geral da ampla concorrência, observado o disposto no art. 16 do Decreto 6.944/2009 e no item 7.5.1 deste Edital.

2.2.6. Do parecer da Junta Médica de que tratam os subitens 2.2.5.1 e 2.2.5.2 caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de ciência do interessado, por qualquer meio que assegure a certeza do conhecimento do candidato da decisão recorrida.

2.2.6.1. O recurso contra o parecer da Junta Médica deverá ser interposto pelo candidato ou por meio de procuração simples e endereçado à Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP), por intermédio de requerimento fundamentado e entregue no Setor de Protocolo da UFLA.

2.2.6.2. Não serão aceitos recursos interpostos via fax, correio eletrônico, recursos sem assinatura do candidato ou de seu procurador devidamente constituído e ainda recursos sem fundamentação.

2.2.6.3. O recurso de que trata o item 2.2.6. será submetido à Coordenadoria de Saúde Ocupacional - CSO, por intermédio da Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, que deverá decidir, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas acompanhar a decisão nos termos preferidos.

2.3. Da destinação de vaga aos candidatos negros

2.3.1. Os candidatos negros amparados pela Lei nº 12.990/2014, poderão, nos termos do presente Edital, concorrer à(s) vagas reservadas aos negros, na proporção de 1/5 (20%) de vagas reservadas, disposta no item 2 do Anexo II da Resolução CUNI nº 066/2014.

2.3.2. Considera-se negro aquele que, no ato da inscrição, se autodeclarar preto ou pardo conforme quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

2.3.3. No ato da inscrição, o candidato negro deverá informar se irá concorrer à(s) vaga(s) reservada(s) para negros, bem como se autodeclarar preto ou pardo, conforme o disposto no art. 13 da Resolução CUNI nº 066/2014.

2.3.3.1. O candidato que não cumprir o disposto no subitem 2.3.3., não poderá concorrer à(s) vaga(s) reservada(s) para negros, concorrendo somente às vagas destinadas à ampla concorrência.

2.3.4. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em conformidade com o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

3. DAS INSCRIÇÕES

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento deste Edital, disponível no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof e certificar-se de que preenche todos os requisitos para a investidura no cargo/área para o qual pretende concorrer. Somente após registrar o "aceite às normas contidas neste Edital", o candidato terá acesso ao formulário de inscrição.

3.1. As inscrições serão realizadas somente via Internet e deverão ser efetuadas no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, a partir das 9 horas do dia 18/1/2016, até as 18 horas do dia 11/2/2016 (horário oficial de Brasília).

3.2. A taxa de inscrição é de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para as áreas de Atividades Integradoras / Bases Morfofisiológicas, Diagnósticos Complementares / Diagnóstico por Imagem e Medicina da Família e Comunidade, e de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) para as demais áreas. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 11/2/2016 (último dia de inscrição), por meio de boleto bancário emitido no ato da inscrição, em qualquer agência bancária, preferencialmente no Banco do Brasil, em seu horário normal de funcionamento, em postos de autoatendimento ou via internet (observar o horário estabelecido pelo banco para quitação nesta data), bem como nas casas lotéricas, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

3.3. Agendamentos bancários sem a devida efetivação do pagamento, bem como pagamentos efetuados após o dia 11/2/2016, último dia de inscrição, não serão considerados, o que implicará a não efetivação da inscrição.

3.4. Em nenhuma hipótese, haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da UFLA.

3.5. É vedada a inscrição extemporânea.

3.6. Não serão aceitas inscrições via fax, via correio eletrônico e via postal.

3.7. A Universidade Federal de Lavras não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivo de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8. A inscrição somente será efetivada após a confirmação, pelo banco, do pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo estabelecido nos subitens 3.2. e 3.3. deste Edital.

3.9. Se o pagamento da taxa de inscrição for efetuado por cheque, e esse for devolvido por qualquer motivo, a inscrição será cancelada.

3.10. Não será válida a inscrição cujo pagamento seja realizado em desacordo com as condições previstas nos subitens 3.2. e 3.3. deste Edital.

3.11. Está impedido de participar do concurso o candidato que foi demitido do Serviço Público Federal ou destituído do cargo em comissão, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, por ter utilizado o cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem e por atuar, como procurador ou intermediário, perante a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.

3.12. Também está impedida de participar do concurso a pessoa que tenha participado da elaboração deste Edital ou dos preparativos para a sua realização, e que também tenha sido demitida do Serviço Público Federal ou destituída do cargo em comissão por ter cometido as seguintes infrações:

- crime contra a administração pública;
- improbidade administrativa;
- aplicação irregular de dinheiros públicos;
- lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- corrupção.

3.13. De acordo com o art. 1º do Decreto nº. 6.593, de 2 de outubro de 2008, poderá solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato que:

- estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cad - Único, de que trata o Decreto nº. 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, 26 de junho de 2007.

3.13.1. Considera-se família de baixa renda, de acordo com o art. 4º, inciso II, do Decreto nº 6.135, de 2007, aquela com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

3.13.2. A isenção deverá ser solicitada no ato da inscrição, no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, somente no período de 18 a 22/1/2016.

3.13.3. A UFLA consultará o órgão gestor do Cad-Único para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato da situação disposta no subitem 3.13.

3.13.4. O resultado da solicitação de isenção será divulgado oficialmente, no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, em 27/1/2016. A PRGDP não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação do resultado.

3.13.5. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará a sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.13.6. Os candidatos cujas informações prestadas forem devidamente constatadas serão isentos do pagamento da taxa e estarão automaticamente inscritos no concurso.

3.13.7. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida por não se enquadrar nas exigências acima ou por fornecer informações erradas, deverá fazer o pagamento da taxa nos termos dos subitens 3.2 e 3.3. deste Edital.

3.14. Dos procedimentos para inscrição:

3.14.1. No ato da inscrição o candidato deverá:

I - informar a área para a qual concorrerá, os dados pessoais, dados de formação acadêmica/titulação, bem como, número do CPF e do documento de identidade que contenha foto.

a) O candidato que esteja concluindo o curso no nível exigido no concurso poderá participar do certame, mesmo que ainda não tenha a documentação comprobatória do título. Caso seja aprovado, a referida documentação será exigida no ato da posse. O candidato que se enquadrar na situação descrita neste parágrafo deverá indicá-la no formulário de inscrição.

II - declarar que: a) concorda com o conteúdo do edital e normas que regem o concurso; b) no ato da posse, atenderá ao requisito de titulação exigido neste Edital, apresentando documentação comprobatória.

3.14.2. São considerados documentos de identidade para candidatos de nacionalidade brasileira: Carteiras expedidas por Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas por Ordens ou Conselhos criados por Lei Federal, desde que contenham fotografia e o nº da identidade que lhes deu origem; Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997), Carteira de Trabalho.

3.14.3. São considerados documentos de identidade para candidatos estrangeiros o visto permanente ou visto temporário que permita o exercício de atividade remunerada, observada a legislação pertinente.

3.14.4. Ao efetivar sua inscrição, o candidato está declarando, automaticamente, que preenche todos os requisitos constantes dos atos disciplinadores do concurso, bem como os exigidos para a investidura na área escolhida.

3.14.5. O candidato com deficiência que for concorrer às vagas reservadas deverá indicar sua intenção no ato da inscrição e encaminhar, por Sedex, à PRGDP/UFLA, Caixa postal 3037, CEP 37.200-000, Lavras-MG, com data de postagem até 11/2/2016, impreterivelmente, ou entregar pessoalmente na PRGDP até esta mesma data, cópia simples do CPF e original ou cópia autenticada em cartório de laudo médico, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência. A referida documentação terá validade somente para este concurso e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias.

3.14.6. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova escrita, deverá indicar sua necessidade no ato da inscrição, preencher formulário próprio, disponível no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, justificando a necessidade e encaminhar, por Sedex, à PRGDP/UFLA, Caixa postal 3037, CEP 37.200-000, Lavras-MG, com data de postagem até 11/2/2016, impreterivelmente, ou entregar pessoalmente na PRGDP até esta mesma data, cópia simples do CPF e original ou cópia autenticada em cartório de justificativa acompanhada de parecer (laudo médico) emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do artigo 40 do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações. A referida documentação terá validade somente para este concurso e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias.

3.14.7. Qualquer candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, deverá indicar sua necessidade no ato de inscrição, preencher formulário próprio, disponível no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, indicando os recursos especiais necessários a tal atendimento e encaminhar, por Sedex, à PRGDP/UFLA, Caixa postal 3037, CEP 37.200-000, Lavras-MG, com data de postagem até 11/2/2016, impreterivelmente, ou entregar pessoalmente na PRGDP até esta mesma data, cópia simples do CPF e original ou cópia autenticada em cartório de laudo médico, emitido nos últimos doze meses, que justifique o atendimento especial solicitado. A referida documentação terá validade somente para este concurso e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias.

3.14.8. O fornecimento da cópia simples do CPF e do original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFLA não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

3.14.9. A análise da documentação requerida nos subitens 3.14.5., 3.14.6 e 3.14.7 será realizada por uma Junta Médica da UFLA que, a seu critério, poderá exigir a presença do candidato na Coordenadoria de Saúde Ocupacional - CSO/UFLA, em data estabelecida pela própria junta, para que seja feito um laudo pericial. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à razoabilidade e viabilidade do pedido e, caso a Junta Médica julgue o pedido procedente, determinará as condições em que o candidato fará a prova. A locomoção ficará por conta do candidato.

3.15. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os dados cadastrais informados no ato de sua inscrição. A UFLA não se responsabiliza por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou incompletas fornecidas pelo candidato, em especial endereço e contatos.

3.16. A Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP) divulgará, no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, a lista de candidatos inscritos, a partir de 16/2/2016.

4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

4.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para a investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

- ter sido aprovado e classificado neste concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972 e, no caso de outros estrangeiros, apresentar visto permanente ou visto temporário que permita o exercício de atividade remunerada, observada a legislação pertinente;

c) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

d) apresentar declaração de bens e valores e de não ter vínculo empregatício com o serviço público, salvo dentro do permissivo constitucional, com a opção de vencimentos, se couber;

e) estar em dia com as obrigações eleitorais;

f) estar quite com as obrigações militares;

g) ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;

h) apresentar, na data da posse, a titulação exigida nos subitens 1.1 e 1.2 deste Edital;

i) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, na forma da lei, à época da posse.

4.2. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no subitem 4.1 deste Edital.

5. DAS PROVAS, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1. O processamento do concurso obedecerá à Resolução CUNI nº 066/2014, disponível no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof.

5.2. O concurso para todas as áreas constará de:

I. prova escrita, eliminatória, com valor de 100 (cem) pontos;

II. prova didática, eliminatória, com valor de 100 (cem) pontos; e

III. prova de títulos, classificatória, com valor de 100 (cem) pontos.

5.3. A prova escrita constará de dissertação sobre até 3 (três) temas que serão sorteados no momento de sua realização, entre aqueles contidos na lista elaborada pela unidade acadêmica interessada, conforme o disposto na alínea "e" do inciso I do art. 9º da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.3.1. O número de temas objeto da prova escrita, de que trata o caput, será definido previamente pela Banca Examinadora e deverá ser informado aos candidatos na sessão de abertura do concurso.

5.3.2. A lista de temas para as provas estará disponível no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, juntamente com este Edital.

5.3.3. A prova escrita deverá ser identificada por meio de código que não permita a identificação do candidato pelos componentes da Banca Examinadora, impondo a desclassificação ao candidato que assinar ou colocar qualquer marca ou sinal que permita sua identificação.

5.3.4. A prova escrita deverá ser redigida à caneta de tinta escura azul ou preta.

5.4. A prova escrita terá como objetivo apurar o desempenho do candidato nos seguintes itens, os quais serão valorados da seguinte forma:

I. conteúdo (abordagem do tema com fundamentação teórica, com abrangência e profundidade) (60 pontos);

II. sequência e articulação das ideias (introdução, desenvolvimento e conclusão) em linguagem clara e objetiva, com letra legível (30 pontos);

III. uso adequado da língua portuguesa ou de outro idioma, conforme as particularidades do concurso (10 pontos).

5.4.1. A divulgação dos temas sorteados será feita simultaneamente a todos os candidatos e a prova terá duração máxima de três horas, não sendo permitido nenhum tipo de consulta.

5.5. Cada examinador deverá atribuir a cada candidato, a cada item previsto neste artigo, uma nota entre 0 e o total de pontos de cada item, com uma casa decimal, o que resultará em uma nota final entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal. As notas serão registradas em formulário próprio assinado pelo examinador, previamente distribuído pelo Presidente da Banca Examinadora.

5.5.1. Os exames escritos e os formulários contendo as notas dos candidatos deverão ser mantidos em envelope lacrado e rubricado pelos membros da Banca Examinadora, até a ocasião da sessão de apuração do resultado da prova escrita.

5.6. A data, horário e local de realização da sessão pública de apuração do resultado da prova escrita, observado o disposto no § 2º do art. 30, da Resolução CUNI nº 066/2014, serão marcados pelo Presidente da Banca Examinadora e informados por meio de memorando à PRGDP, para divulgação aos candidatos. A divulgação será feita na página eletrônica da UFLA com, no mínimo, 5 (cinco) horas de antecedência da realização da referida sessão.

5.6.1. O sorteio dos temas da prova didática de que trata o § 2º do art. 30 da Resolução CUNI nº 066/2014, deverá ocorrer logo após a sessão pública de apuração da prova escrita, observado o disposto no inciso IX do artigo 24.

5.6.2. Não serão dadas, na sessão pública de apuração do resultado da prova escrita, explicações sobre as notas atribuídas; tais questionamentos poderão ser feitos na forma e prazos estabelecidos neste Edital.

5.6.3. Os envelopes lacrados contendo as notas de cada um dos examinadores, após conferidos os lacres pelo membros da Banca Examinadora, serão abertos um a um, pelo Presidente da Banca Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do examinador, o nome do candidato, a identificação da prova e a nota atribuída.

5.6.4. O secretário da Banca Examinadora anotar, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

5.6.5. Para a apuração das notas do candidato na prova escrita, será calculada a média aritmética das notas atribuídas a ele pelos 5 (cinco) membros da Banca Examinadora, como uma casa decimal, sem arredondamento.

5.6.6. O início da sessão pública de apuração do resultado da prova escrita não poderá ocorrer após o horário das 20 (vinte) horas.

5.7. A prova escrita terá caráter eliminatório e serão convocados para participar das provas subsequentes apenas os candidatos aprovados e em número proporcional ao número de vagas oferecidas no certame, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.7.1. Para a apuração das notas do candidato na prova escrita, será calculada a média aritmética das notas atribuídas a ele pelos cinco membros da Banca Examinadora, com uma casa decimal, sem arredondamento.

5.7.2. Para aprovação na prova escrita, será exigido o aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento).

5.7.3. Os candidatos que obtiverem o aproveitamento mínimo mencionado no parágrafo precedente serão classificados para participar das provas seguintes, em ordem decrescente da nota obtida na prova escrita, na proporção de até 5 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas no concurso, exceto no caso de oferta de uma única vaga, situação essa em que serão convocados até 10 (dez) candidatos.

5.7.4. Em caso de empate na última colocação, serão convocados todos os candidatos nessa situação.

5.7.5. A lista nominal dos aprovados na prova escrita e classificados para as fases seguintes será divulgada, pela PRGDP, na página eletrônica da UFLA, após entrega da documentação pela Banca Examinadora.

5.7.6. É de inteira responsabilidade do candidato informar-se sobre a lista nominal dos aprovados na prova escrita.

5.8. Do resultado da prova escrita caberá recurso, nos moldes estabelecidos no art. 44 da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.9. A prova didática constará de uma aula, cuja metodologia será especificada no edital do concurso, com prazo de cinquenta minutos como referência, sobre um tema sorteado, de forma pública, da lista elaborada pela unidade acadêmica interessada, conforme o disposto na alínea "e" do inciso I do art. 9º da Resolução CUNI nº 066/2014, excetuando-se o(s) tema(s) já sorteados para a prova escrita.

5.9.1. A prova didática será realizada após um prazo mínimo de 24 horas, contado a partir do horário de sorteio do tema.

5.9.2. O sorteio do tema da prova didática deverá ocorrer logo após a sessão pública de apuração do resultado da prova escrita, conforme § 5º do artigo 27 da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.9.3. É de inteira responsabilidade do candidato estar presente no momento dos sorteios e de sua convocação para a realização da prova didática; sua ausência implicará a sua exclusão do concurso.

5.9.4. A prova didática será gravada para efeito de registro, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto nº 6.944, de 2009, sem cortes, com apresentação dos membros da Banca Examinadora e do candidato e com indicação dos horários de início e término dessa prova, por dispositivo que capture sons, devidamente aferido pela Universidade.

5.9.5. Na hipótese de não funcionamento do equipamento, verificado antes do início da prova, a banca providenciará equipamento reserva, seguindo os procedimentos normais; verificando-se o não funcionamento durante a prova, a banca deverá aferir o tempo de prova transcorrido sem a respectiva gravação e, tendo providenciado equipamento reserva, determinar o reinício da prova devolvendo-se ao candidato o tempo em questão.

5.9.6. Quando a natureza do conteúdo o exigir, o candidato poderá utilizar recursos audiovisuais ou práticos, necessários à sua exposição, desde que solicitados previamente ao Presidente da Banca Examinadora, logo após o sorteio do tema. O Presidente disponibilizará os recursos solicitados, ou os negará justificadamente, perante todos os candidatos.

5.9.6.1. No caso de a metodologia da prova didática, especificada em edital, não se tratar de aula expositiva, poderão ser utilizados recursos compatíveis para atender o objetivo da prova em questão, desde que previamente autorizado pela banca, logo após o sorteio do tema.

5.9.7. A sessão será pública, com a presença de todos os membros da Banca Examinadora, e deverá ser gravada, para efeito de registro, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto no 6.944, de 21 de agosto de 2009, sendo vedada a presença dos demais candidatos e permitidos questionamentos técnicos somente por parte dos membros da Banca Examinadora, após o término da apresentação.

5.10. A metodologia da prova didática de todas as áreas do concurso será aula expositiva.

5.10.1. A prova didática, quando realizada como aula expositiva, terá como objetivo apurar do candidato seu desempenho nos seguintes itens, os quais serão valorados da seguinte forma:

I. plano de aula (5 pontos);

II. sequência e articulação das ideias (introdução, desenvolvimento e conclusão) ao expor o conteúdo (20 pontos);

III. domínio do conteúdo (25 pontos);

IV. uso de linguagem técnico-científica adequada ao tema (10 pontos);

V. utilização de recursos disponibilizados e adequação ao plano de aula (10 pontos);

VI. criatividade, assertividade, postura e capacidade de comunicação (20 pontos);

VII. adequação da exposição do conteúdo ao tempo de 50 minutos, com tolerância de cinco minutos para mais ou para menos, sem perda de pontuação; o não enquadramento dentro dos limites de tolerância implicará a perda total da pontuação do item. (10 pontos).

5.11. O candidato deverá controlar seu tempo de prova que, se excedido (cinquenta minutos acrescidos de cinco minutos de tolerância), ensejará na interrupção da prova pelo Presidente da Banca Examinadora.



5.12. Cada examinador deverá atribuir a cada candidato, a cada item previsto neste artigo e também no caso disposto no § 1º, uma nota entre 0 e o total de pontos de cada item, com uma casa decimal, o que resultará em uma nota final entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal. As notas serão fundamentadas e registradas em formulário próprio assinado, pelo examinador, previamente distribuído pelo Presidente da Banca Examinadora, bem como em memorial descritivo das razões de atribuição das notas.

5.12.1. As notas atribuídas pelos examinadores serão mantidas em envelope lacrado e rubricado pelos examinadores até a ocasião da apuração, juntamente com quaisquer outros documentos produzidos pelos candidatos.

5.13. Para aprovação na prova didática, será exigido o aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento).

5.14. A prova de títulos se constituirá da avaliação do currículo do candidato, observando-se os Critérios de Julgamento de Títulos estabelecidos no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.14.1. Uma via do currículo comprovado (cópias simples) deverá ser entregue à Banca Examinadora na sessão pública para o sorteio do tema da prova didática, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.14.2. Serão valorados apenas os itens previstos no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014 e constantes no currículo, com os devidos elementos comprobatórios.

5.14.2.1. Os itens com relação direta à área do concurso serão valorados em 100% dos pontos previstos no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.14.2.2. Os itens com relação indireta à área do concurso serão valorados em 60% dos pontos previstos no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.14.2.3. Os itens sem relação com a área do concurso não serão computados.

5.14.3. A Banca Examinadora deverá fundamentar em documento escrito, a ser apensado às notas atribuídas, o enquadramento dos itens como "área indireta" ou "sem relação" com a área do concurso.

5.14.4. O currículo deverá ser elaborado na sequência dos itens estabelecidos no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014, juntamente com documentos comprobatórios, em ordem cronológica decrescente, encadernados e numerados, devendo a produção intelectual ser comprovada por meio de cópia de página de rosto do trabalho e da capa do livro, revista ou similares que permitam a identificação.

5.14.4.1. A não observância pelo candidato das prescrições contidas no subitem 5.14.4. ensejará o não cômputo dos itens curriculares, cuja organização seja incompatível às exigidas.

5.14.5. Compete à Banca Examinadora, em conjunto, calcular a nota de cada candidato, que variará entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal, sem arredondamento, que consistirá no resultado da soma das notas atribuídas aos itens: "Titulação" e "Atividades Curriculares".

5.14.6. Para o item "Titulação", as notas dos candidatos serão atribuídas segundo consta do Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014 e, para fazer jus à pontuação correspondente, será exigida a apresentação da documentação comprobatória.

5.14.6.1. Os diplomas que comprovam a titulação deverão ser de cursos reconhecidos pelo MEC, nos termos da legislação vigente, e quando expedidos por instituições de ensino estrangeiras, deverão estar revalidados/reconhecidos, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996).

5.14.7. Para o item "Atividades Curriculares", as notas dos candidatos serão atribuídas segundo consta no Anexo I da Resolução CUNI nº 066/2014.

5.14.7.1. As atividades de que tratam o subitem 5.14.7, ocorridas no ano de publicação do Edital Normativo do concurso e nos cinco anos anteriores, terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 1,0.

5.14.7.2. As atividades de que tratam o subitem 5.14.7, ocorridas nos dez anos anteriores, excetuando-se as que se enquadram no parágrafo anterior, terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 0,5.

5.14.7.3. As demais atividades que não se enquadram nos subitens 5.14.7.1. e 5.14.7.2. terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 0,2.

5.14.8. As notas atribuídas pelos examinadores serão mantidas em sigilo até a sessão pública de apuração.

6. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. As provas serão realizadas no Campus da UFLA, em Lavras/MG, a partir de março/2016. Os dias, horários e locais de realização das provas, bem como a composição da Banca Examinadora, serão divulgados, oficialmente, no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, a partir de 22/2/2016, condicionado ao recebimento, pela PRGDP, de documento da Banca estabelecendo os referidos dados. A PRGDP não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação desses dados.

6.2. Não será emitido comprovante definitivo de inscrição. É de exclusiva responsabilidade do candidato informar-se sobre as datas, horários e locais de prova.

6.3. Não serão aplicadas provas em local, data e/ou horário diferentes dos especificados e divulgados pela PRGDP conforme subitem 6.1.

6.4. À UFLA reserva-se o direito de alterar o horário, o local e a data de realização das provas, responsabilizando-se, contudo, pela divulgação, com a devida antecedência.

6.5. Para acesso ao local de provas o candidato deverá apresentar o documento de identidade informado na inscrição.

6.6. Ficará impedido de participar do concurso o candidato que não apresentar o documento de identidade indicado na inscrição, na forma definida nos subitens 3.14.2 e 3.14.3.

6.6.1. Na hipótese de perda, furto ou roubo do documento de identidade indicado na inscrição, o candidato deverá apresentar registro da ocorrência em órgão policial e outro documento de identificação, em conformidade com os subitens 3.14.2. e 3.14.3.

6.7. O candidato deverá estar na sala de realização das provas com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início.

6.8. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização das provas, após o horário fixado para o seu início.

6.8.1. A UFLA não se responsabiliza por atrasos ocorridos dentro ou fora do campus.

6.9. Durante a realização das provas é proibido portar ou utilizar qualquer aparelho eletroeletrônico que permita qualquer tipo de comunicação, tais como: aparelhos celulares, "pagers", "beepers", "tablets", "netbooks", "notebooks" ou similares, salvo quando a Banca Examinadora, em virtude da natureza das competências que estão sendo avaliadas, assim o permitir.

6.10. O não comparecimento do candidato em qualquer das provas implicará em sua exclusão do concurso.

6.11. Não haverá segunda chamada para a realização das provas.

7. DA NOTA FINAL DO CONCURSO

7.1. A apuração e divulgação do resultado do concurso será realizada em sessão pública marcada pelo Presidente da Banca Examinadora e informada à PRGDP, por meio de memorando, para divulgação aos candidatos, no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, com, no mínimo, 5 (cinco) horas de antecedência.

7.2. Para a apuração das notas do candidato na prova didática, será calculada a média aritmética das notas atribuídas a ele pelos cinco membros da Banca Examinadora, com uma casa decimal, sem arredondamento, sendo a nota da prova de títulos calculada na forma disposta na Subseção III, da Seção III, do Capítulo III da Resolução CUNI nº 066/2014.

7.3. A nota final de cada candidato será a soma das notas obtidas em todas as provas (escrita, didática e títulos), com uma casa decimal, sem arredondamento.

7.4. Serão aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 70,0 (setenta) na prova didática e igual ou superior a 70,0 (setenta) na prova escrita, respeitando-se o limite do número de candidatos aprovados, estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944, de 2009.

7.5. De acordo com o § 1º do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 2009, os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do decreto em questão, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso.

7.5.1. Em atendimento ao § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 2009, todos os candidatos empatados na última colocação entre os aprovados, serão também considerados aprovados.

7.6. O resultado do concurso será publicado, no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, no primeiro dia útil subsequente à realização da sessão pública de apuração, condicionado ao recebimento, pela PRGDP, da documentação entregue pela Banca.

7.7. O resultado final do concurso, após o período de recurso, deverá ser homologado pelo Reitor, nos termos do art. 16 do Decreto no 6.944/09 e publicado no Diário Oficial da União.

7.8. Será(ão) chamado(s) para provimento do(s) cargo(s) o(s) candidato(s) aprovado(s) que obtiver(em) maior(es) nota(s) final(is), ressalvadas as hipóteses de reservas de vaga , nos termos estabelecidos na legislação vigente, no art. 8º e no Anexo II da Resolução CUNI nº 066/2014.

7.9. Em caso de empate na nota final do concurso, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

a.candidato com idade igual ou superior a 60 anos, completados até o último dia de inscrição no concurso, conforme o disposto no parágrafo único do art. 27 do Estatuto do Idoso - Lei 10.741/2003;

b.candidato que obtiver a maior nota na prova didática e;

c.candidato que contar com mais tempo de magistério superior.

8. DOS RECURSOS

8.1. O candidato poderá interpor recurso em face do resultado do pedido de isenção do valor destinado à inscrição, do resultado da prova escrita e do resultado do concurso, por razões de legalidade e de mérito.

8.1.1. Cada candidato poderá interpor apenas um recurso de cada modalidade descrita no subitem 8.1.

8.2. O recurso em face do resultado do pedido de isenção do valor destinado à inscrição de que trata o subitem 3.13.4. deste Edital, deverá ser interposto no prazo de 1 (um) dia útil a contar da divulgação do resultado, devendo ser apresentada a devida justificativa.

8.2.1. O recurso será submetido ao Órgão Gestor do CadÚnico, que decidirá, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

8.3. O recurso em face do resultado da prova escrita, nos termos da Resolução CUNI nº 066/2014, art. 29, deverá ser dirigido ao Presidente da Banca Examinadora, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado no sítio da UFLA na internet, em formulário próprio, disponível no site www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, que deverá ser impresso, assinado e entregue no Setor de Protocolo da UFLA, que o encaminhará à PRGDP.

8.4. O recurso em face do resultado do concurso deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da divulgação do resultado no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso/prof, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

8.5. Para interpor os recursos de que tratam os subitens 8.2. e 8.4., o candidato deverá preencher um formulário eletrônico específico para esse fim, que será disponibilizado no sítio eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/prof.

8.5.1. Não serão aceitos recursos interpostos pessoalmente, via Correios, fax ou correio eletrônico, bem como recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.4., uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, deverá ser submetido à apreciação da Banca Examinadora, que terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para emitir parecer sobre o pleito.

8.6.1. Em face de razões supervenientes que dificultem ou impeçam a Banca Examinadora de exarar o parecer dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Presidente da banca poderá solicitar ao Reitor a prorrogação do prazo por mais 5 (cinco) dias.

8.7. No caso de o Reitor reconsiderar o resultado do concurso, a decisão deverá ser revestida por meio de portaria, cuja cópia deverá ser enviada ao recorrente e aos candidatos eventualmente afetados pela decisão.

8.8. Caberá ao Reitor, se não reconsiderar o resultado do concurso, encaminhar o processo ao Conselho Universitário, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da manifestação da Banca Examinadora.

8.9. O recurso administrativo deverá ser decidido pelo Conselho Universitário, no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos.

8.9.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante a apresentação de justificativa explícita exarada pelo presidente do Conselho Universitário e comunicação formal ao recorrente.

8.9.2. A decisão do recurso deverá ser revestida por meio de resolução a ser expedida pelo respectivo presidente, a qual, em respeito ao princípio constitucional da publicidade, deverá ser enviada ao recorrente, juntamente com cópia do parecer da Banca Examinadora, por via postal com aviso de recebimento ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

8.10. Os recursos previstos neste Edital não terão efeito suspensivo.

8.11. O recurso não será conhecido caso não sejam atendidas às disposições constantes no Capítulo IV, Seção II, da Resolução CUNI nº 066/2014 e neste Edital.

8.12. Decorrido o prazo para interposição de recurso, não havendo pendência, serão providenciadas a homologação do resultado final do concurso, a nomeação e a posse do(s) candidato(s) aprovado(s), observados a ordem de classificação e o número de vagas, observado o disposto no artigo 8º da Resolução CUNI nº 066/2014.

9. DA POSSE

9.1. O candidato nomeado deverá submeter-se a exame admissional, na Coordenadoria de Saúde Ocupacional - CSO/UFLA, com vistas à apuração de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, cuja comprovação deverá ser apresentada para o ato de posse, conforme determina o art. 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112, de 1990.

9.2. Somente poderá ser empossado o candidato que cumprir, integralmente, todas as determinações constantes neste Edital.

9.3. O candidato aprovado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado a partir da publicação do ato de sua nomeação no Diário Oficial da União. O não pronunciamento do candidato convocado no prazo estipulado tornará sem efeito a portaria de nomeação, cabendo à UFLA convocar o próximo candidato classificado.

9.4. A posse do candidato classificado e nomeado observará o limite de vagas estabelecido neste Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente, ou na hipótese de ocorrência de substituições permitidas pela legislação pertinente.

9.5. A data prevista para o ingresso do aprovado e nomeado dar-se-á no período de validade do concurso, respeitados os prazos e requisitos estabelecidos em lei para a investidura em cargo público.

9.6. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito, nos termos do artigo 41, caput, da Constituição Federal de 1988, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998 e na Resolução CUNI nº 73, de 8 de dezembro de 2010, a estágio probatório, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados por comissão competente para tal fim.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A aprovação no concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFLA, mas, sim, mera expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

10.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação no Diário Oficial da União de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso, e a divulgação na Internet, no sítio eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/prof.

10.3. O candidato aprovado deverá comunicar à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFLA, por meio de documento impresso e assinado, qualquer alteração de endereço e contato, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.

10.4. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

10.5. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital e na Resolução CUNI nº 066/2014, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

10.6. O currículo entregue à Banca para fins da prova de títulos não será devolvido ao candidato, uma vez que deverá ser arquivado na Universidade, conforme tabela de temporalidade elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001), nem será fornecido cópia do mesmo.

10.7. É assegurado ao candidato vista e cópia de suas provas, nos termos do art. 43 da Resolução CUNI nº 066/2014.

10.8. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos legais, quaisquer editais retificadores e complementares deste concurso que vierem a ser publicados pela UFLA, bem como as disposições e instruções contidas no sítio www.prgdp.ufla.br/concurso-prof, no caderno da prova escrita e demais expedientes pertinentes.

10.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFLA, ouvidas a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e a Banca Examinadora.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Atas de Registro de Preços- Pregão Eletrônico SRP nº 073/2015. Processo nº 23090.012323/2015-74. Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresas especializadas, com vistas ao fornecimento de Reagentes e Solventes para atender às necessidades dos laboratórios da Universidade Federal de Lavras, durante o período de 12 meses. Fundamentação Legal: Decreto nº 7.892/13. Vigência: de 23/12/2015 a 22/12/2016. Data de Assinatura: 23/12/2015. Partes: Universidade Federal de Lavras, CNPJ nº 22.078.679/0001-74, por PATRICIA MARIA SILVA com o seguinte: Ata de Registro de Preços nº 01 - Fornecedor LUDWIG BIOTECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ nº 01.151.850/0001-53, assinada por Jordana Beatris Ludwig, Item/Valor Unitário em Reais: 61/334,66; 73/499,99; 78/194,00; 98/170,99. Ata de Registro de Preços nº 02 - Fornecedor CAMP LAB 2005 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.253.912/0001-14, assinada por Gilson Correia de Oliveira Junior, Item/Valor Unitário em Reais: 39/1.159,67; 40/1.508,00; 41/2.497,33; 42/2.129,67; 62/3.119,00; 63/1.310,00; 89/92,00. Ata de Registro de Preços nº 03 - Fornecedor: LUCADEMA TRADE INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, CNPJ nº 09.391.102/0001-50, assinada por Luiz Carlos de Marco Júnior, Item/Valor Unitário em Reais: 4/252,00; 5/175,00; 11/461,00; 14/52,97; 20/15,70; 22/36,00; 24/172,00; 35/695,00; 45/95,05; 46/135,00; 79/600,00; 83/232,10; 90/22,00. Ata de Registro de Preços nº 04 - Fornecedor: MAKLAB COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ nº 10.824.101/0001-30, assinada por Carlos Bruno, Item/Valor Unitário em Reais: 81/1.489,89; 94/1.214,00. Ata de Registro de Preços nº 05 - Fornecedor: ALTERNATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 11.099.425/0001-16, assinada por Ycaro Rayner Queiroz do Carmo, Item/Valor Unitário em Reais: 10/142,59; 13/250,00; 17/23,89; 18/126,94; 19/13,99; 23/19,79; 28/10,99; 29/24,00; 31/13,99; 34/73,00; 48/60,64; 50/335,00; 56/822,94; 57/299,99; 59/57,35; 66/8,98; 70/14,99; 71/18,99; 72/50,00; 100/110,00; 103/18,77. Ata de Registro de Preços nº 06 - Fornecedor: MERCOSCIENCE COMERCIAL LTDA-ME, CNPJ nº 12.925.007/0001-01, assinada por Flávio Augusto Oliveira, Item/Valor Unitário em Reais: 6/725,00; 12/389,88; 25/802,00.

OBJETO: Atas de Registro de Preços- Pregão Eletrônico SRP nº 073/2015. Processo nº 23090.010790/2015-60. Objeto: Registro de Preços com vistas ao fornecimento de aparelhos e utensílios domésticos para atender às necessidades da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão - PROPLAG da Universidade Federal de Lavras. Fundamentação Legal: Decreto nº 7.892/13. Vigência: de 04.11.2015 a 03.11.2016 Data de Assinatura: 04.11.2015. Partes: Universidade Federal de Lavras, CNPJ nº 22.078.679/0001-74, por Patricia Maria Silva com os seguintes Fornecedores: (Ata SRP nº 073-01/2015 - AL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.326.889/0001-03, por ALEXANDRE DE CASTRO. Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 38/341,62; 44/435,00 e 54/918,18); (Ata nº 073-02/2015 - COLUMBIA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.378.10/0001-87, por Dorival da Silva, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 21/1.681,11); (Ata nº 073-03/2015 - SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.614.788/0001-80, por Gabriel Teixeira Viana, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 26/10,00; 27/152,99; 29/36,14; 33/9,28 e 48/180,00); (Ata nº 073-04/2015 - COMERCIAL PIREES - NADJA MARINA PIREES - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.958/0001-86, por Nadja Marina Pires, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$):34/512,00); (Ata nº 073-05/2015 - ULTRA BONI COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.249.746/0001-85, por Anderson Fazollo, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 1/22,37; 17/24,07; 40/2.156,21 e 43/456,13); (Ata nº 73-07/2015 - SEFCOM COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.449.788/0001-10, por Silvio Tadeu da Silva, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 16/1.376,99; 18/435,90; 37/290,00; 39/489,73; 46/99,17; 51/1.169,00; 52/1.301,15; 53/2749,00 e 55/109,50); (Ata nº 73-08/2015 - PEDRO ZATA BORGES - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.473.920/0001-20, por PEDRO ZATA BORGES; Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 32/549,77); (Ata nº 73-09/2015 - BRASIDAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.483.193/0001-96, por EMERSON LUIS KOCH; Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 19/409,99; 20/409,99; 22/536,27; 30/154,23; 31/576,31; 49/420,00 e 50/399,78); (Ata nº 73-10/2015 - FREITAS INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. -EPP, por LUCIANA FREITAS DIAS; data de assinatura 17/12/2015;

Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 6/3.390,00; 14/8.264,00 e 15/8.603,00); (Ata nº 73-11/2015 - VITORIA DECORACOES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.362.687/0001-12, por FARLEY ASMAR PE-REIRA; data de assinatura 29/12/2015; Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 12/6.665,00);

OBJETO: Atas de Registro de Preços- Pregão Eletrônico SRP nº 075/2015. Processo nº 23090.010862/2015-79. Objeto: Registro de Preços com vistas a contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços de infraestrutura para eventos a pedido da Coordenadoria de Cerimonial da Universidade Federal de Lavras. Fundamentação Legal: Decreto nº 7.892/13. Vigência: de 27.08.2015 a 26.08.2016 Data de Assinatura: 27.08.2015. Partes: Universidade Federal de Lavras, CNPJ nº 22.078.679/0001-74, por Patricia Maria Silva com os seguintes Fornecedores: (Ata SRP nº 075-01/2015 - SANDRO CESAR TOLEDO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.244.924/0001-94, por Sandro Cesar Toledo. Item(ns)/ Vr. Unit. (R\$): 1/21.998,00; 3/175,00; 4/85,00); (Ata SRP nº 075-02/2015 - SANDRO CESAR TOLEDO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.244.924/0001-94, por Sandro Cesar Toledo. Item(ns)/ Vr. Unit. (R\$): 5/514,00; 6/237,00); (Ata nº 075-03/2015 - VIP AUDIO COMERCIO, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.610.991/0001-07, por Fábio de Carvalho Feitosa, Item(ns)/Vr.Unit.(R\$): 2/3.438,00);

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 21, DE 8 DE JANEIRO DE 2016 PROCESSO SELETIVO

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais torna público que, consoante o(s) prazo(s) abaixo especificado(s), contido(s) a partir da publicação deste Edital, serão recebidas as inscrições de candidatos ao(s) processo(s) seletivo(s) para preenchimento de vaga(s) de PROFESSOR SUBSTITUTO, a ser(em) lotado(s) nesta Universidade, de acordo com a seguinte distribuição:

UNIDADE: Faculdade de Medicina. DEPARTAMENTO: Cirurgia. VAGA(S): 02 (duas). ÁREA DE CONHECIMENTO: Cirurgia ou Anestesiologia. TITULAÇÃO: Residência Médica em Área Cirúrgica ou Anestesiologia ou Especialização em Área Cirúrgica ou Anestesiologia. PRAZO DE INSCRIÇÃO: 30 (trinta) dias a partir da data de publicação deste Edital. DATA DA SELEÇÃO: até 10 (dez) dias úteis após o encerramento das inscrições. FORMA DE SELEÇÃO: análise de "curriculum vitae" e entrevista. PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO: 6 (seis) meses, contados a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame.

1. As inscrições serão feitas na(s) Secretaria(s) do(s) Departamento(s) a que se destina(m) a(s) vaga(s), no horário de 09:00 às 11:30, nos dias úteis, pelo interessado ou por procuração.

1.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: I) Carteira de Identidade ou outro documento que comprove ser brasileiro nato ou naturalizado; se estrangeiro, deverá comprovar ser portador do visto pertinente (original e cópia); II) CPF (original e cópia); III) prova de quitação com a justiça eleitoral e prova de quitação com o serviço militar, quando couber; IV) declaração de que está apto a comprovar a titulação exigida no ato da assinatura do contrato; V) três exemplares do "curriculum vitae", abrangendo: a) graus, diplomas universitários e certificados de cursos de especialização e de aperfeiçoamento (título obtido em instituição estrangeira com reconhecimento ou revalidação por universidade pública); b) experiência docente; c) experiência científica, técnica ou artística; d) experiência em administração acadêmica; e) publicações; f) distinção obtida em reconhecimento de atividade intelectual relevante; VI) documentos comprobatórios do "curriculum vitae" apresentados em via única; VII) declaração de não possuir participação em gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, segundo o inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112/1990.

1.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com cédula de identidade com visto temporário, entretanto, por ocasião da contratação, será exigida a cédula de identidade com visto permanente ou, no mínimo, o visto temporário com prazo de validade compatível. Neste caso, deverá ser exigida no prazo de 30 (trinta) dias a partir da contratação do candidato, a apresentação do protocolo do pedido de transformação do visto temporário em permanente, sob pena de ser declarada a insubsistência da inscrição e de todos os atos decorrentes do concurso público. A permanência do estrangeiro no quadro docente da Universidade fica condicionada à apresentação de Cédula de Identidade com visto permanente.

2. Na hipótese de ocorrer empate de notas, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

2.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº. 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim a data de realização das provas;

2.2. tiver a maior média aritmética simples das notas atribuídas pelos Examinadores;

2.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada item, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº. 02/2013;

2.4. tiver a maior idade;

2.5. permanecendo, ainda, o empate, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado publicamente durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

3. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora.

4. Conforme dispõe a Lei nº. 8.745/1993, poderão ser contratados como professor substituto servidores da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº. 12.772/2012, observada a compatibilidade de horários e de cargos.

4.1. Os candidatos que já firmaram contrato administrativo com base na Lei nº. 8.745/1993 poderão ser novamente contratados, desde que já tenham decorrido 24 (vinte e quatro) meses do encerramento do contrato anterior.

5. A admissão far-se-á no limite de vaga(s) do(s) processo(s) seletivo(s) constante(s) deste edital, em regime de 20 (vinte) horas semanais, segundo a Lei nº 8.745/1993.

6. A remuneração mensal bruta do Professor Substituto portador do título de Especialista será de R\$ 2.173,85 (dois mil, cento e setenta e três reais e cinco centavos). Caso o candidato aprovado possua o título de Mestre, a remuneração será de R\$ 2.498,78 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e oito centavos) e título de Doutor, será de R\$ 2.983,59 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

7. No ato da inscrição, o candidato receberá cópia deste edital; da Resolução nº. 15/91, do Conselho Universitário, naquilo que couber; dos artigos do Regimento Geral da UFMG que dispõem sobre a admissão de docentes; da Lei nº. 8.745/1993 e da Orientação Normativa Nº. 5, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A inscrição implica o compromisso tácito por parte do candidato de aceitar as condições estabelecidas para a realização do processo seletivo, fixadas nos aludidos atos, das quais não poderá ser alegado desconhecimento.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

EDITAL Nº 22, DE 8 DE JANEIRO DE 2016 PROCESSO SELETIVO

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais torna público que, consoante o(s) prazo(s) abaixo especificado(s), contido(s) a partir da publicação deste Edital, serão recebidas as inscrições de candidatos ao(s) processo(s) seletivo(s) para preenchimento de vaga(s) de PROFESSOR SUBSTITUTO, a ser(em) lotado(s) nesta Universidade, de acordo com a seguinte distribuição:

UNIDADE: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. DEPARTAMENTO: Fisioterapia. ÁREA DE CONHECIMENTO 1: Fisioterapia Aplicada às Disfunções Neurológicas e Ensino Clínico. VAGA(S): 01 (uma). ÁREA DE CONHECIMENTO 2: Fisioterapia Aplicada às Disfunções Ortopédicas, Traumatológicas e Reumatológicas e Ensino Clínico. VAGA(S): 01 (uma). TITULAÇÃO: Graduação em Fisioterapia e Mestrado ou Doutorado na área da Saúde. PRAZO DE INSCRIÇÃO: 10 (dez) dias a partir da data de publicação deste Edital. DATA DA SELEÇÃO: até 30 (trinta) dias úteis após o encerramento das inscrições. FORMA DE SELEÇÃO: análise de "curriculum vitae" e entrevista. PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO: 6 (seis) meses, contados a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame.

1. As inscrições serão feitas na(s) Secretaria(s) do(s) Departamento(s) a que se destina(m) a(s) vaga(s), no horário de 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00, nos dias úteis, pelo interessado ou por procuração.

1.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: I) Carteira de Identidade ou outro documento que comprove ser brasileiro nato ou naturalizado; se estrangeiro, deverá comprovar ser portador do visto pertinente (original e cópia); II) CPF (original e cópia); III) prova de quitação com a justiça eleitoral e prova de quitação com o serviço militar, quando couber; IV) declaração de que está apto a comprovar a titulação exigida no ato da assinatura do contrato; V) três exemplares do "curriculum vitae", abrangendo: a) graus, diplomas universitários e certificados de cursos de especialização e de aperfeiçoamento (título obtido em instituição estrangeira com reconhecimento ou revalidação por universidade pública); b) experiência docente; c) experiência científica, técnica ou artística; d) experiência em administração acadêmica; e) publicações; f) distinção obtida em reconhecimento de atividade intelectual relevante; VI) documentos comprobatórios do "curriculum vitae" apresentados em via única; VII) declaração de não possuir participação em gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, segundo o inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112/1990.

1.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com cédula de identidade com visto temporário, entretanto, por ocasião da contratação, será exigida a cédula de identidade com visto permanente ou, no mínimo, o visto temporário com prazo de validade compatível. Neste caso, deverá ser exigida no prazo de 30 (trinta) dias a partir da contratação do candidato, a apresentação do protocolo do pedido de transformação do visto temporário em permanente, sob pena de ser declarada a insubsistência da inscrição e de todos os atos decorrentes do concurso público. A permanência do estrangeiro no quadro docente da Universidade fica condicionada à apresentação de Cédula de Identidade com visto permanente.